

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.922 - MG (2019/0205473-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : CLAYTON DONIZETE DOS REIS
ADVOGADO : SERGIO HENRIQUE PAZINI DE SOUSA - MG089723N

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa.

Sustenta o *Parquet*, nas razões do recurso especial, violação dos artigos 157, § 2º, I, II e V, do CP, 2º, § 2º e 4º, II, da Lei 12.850/13, 311, 312, 313, I, 647 e 648, I, do CPP, 489, § 1º, II e IV, e 1025 do CPC c/c 3º, do CPP.

Aduz, em síntese, que: **a)** "no tocante à aplicação da lei penal, além de assinalada conduta de integrantes da organização criminosa, no sentido de comprometer o andamento das investigações, consoante apontado alhures, não se pode olvidar que a sua condição pessoal de Policial Civil representa risco elevado de ocultação de provas e de intimidação às testemunhas e delatores, justificando, portanto, a segregação provisória" (e-STJ, fl. 293); **b)** "a prisão preventiva, como toda prisão cautelar, requer estrita observância aos termos dispostos no art. 312 do CPP, circunstância inteiramente conforme os ditames legais, diante da fundamentação externada na r. decisão proferida por essa mesma Câmara Julgadora, nos autos do *habeas corpus* manejado pela defesa do mesmo recorrido e anexada às fls. 58/67, exsurto, destarte, manifesta contradição nos termos da decisão ora recorrida." (e-STJ, fl. 293); **c)** "a segregação cautelar, na espécie, é admitida e adequada à gravidade dos crimes (tráfico de drogas, posse e porte ilegal de arma de fogo, corrupção ativa e corrupção passiva, falsidade ideológica, roubo, estelionato, prevaricação, lavagem de dinheiro, além e principalmente do fato de ser o recorrido integrante de uma organização criminosa), às circunstâncias do fato e às condições pessoais do agente - Policial Civil -, consoante exsurge do lastro probatório carreado aos autos" (e-STJ, fls. 293-294); e **d)** "por certo a manutenção da liberdade do recorrido compromete sobremaneira o andamento das investigações policiais e a instrução criminal, podendo proporcionar temores fundados em eventuais testemunhas e delatores, além de propiciar descrédito na sociedade, conforme salientado à saciedade nos autos, tudo a não recomendar a concessão da liberdade provisória" (e-STJ, fl. 295).

Requer seja restabelecida a prisão preventiva do agravado.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 302-306).

O recurso foi inadmitido com fundamento no óbice da Súmula 7 do STJ (e-STJ, fls. 308-310). Daí este agravo (e-STJ, fls. 313-329).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e provimento do agravo para que seja provido o recurso especial (e-STJ, fls. 347-358).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* manteve a revogação da prisão preventiva, nos seguintes termos:

Superior Tribunal de Justiça

"Contudo, rogando vênias ao Parquet, comungo do entendimento adotado pelo d. Magistrado, por entender que a prisão preventiva não se mostra necessária no caso concreto, sendo a prisão cautelar medida excepcional diante da ausência dos seus pressupostos e requisitos autorizadores.

Conforme bem explicitado na decisão combatida, o recorrido teve participação em apenas um evento relacionado à organização criminosa, a saber: delito de roubo de cerca de mil caixas de cigarro oriundas de outro país.

Segundo se extrai dos autos, o principal fundamento para a decretação da custódia cautelar do recorrido, nos termos da decisão de f. 1151121, deu-se em razão do fato de Clayton ser policial civil, podendo se valer de sua ocupação para a reiteração na prática delitiva.

Assim, a meu ver, o estabelecimento, tão somente, neste momento processual, da medida cautelar prevista no inciso VI do art. 319 do Código de Processo Penal é bastante para acautelar o meio social e, em especial, para impedir a perturbação ao regular andamento do processo.

Isso porque a suspensão do exercício da função exercida pelo recorrido é providência suficiente para assegurar a efetividade no alcance da verdade real.

Malgrado não se desconheça a gravidade dos crimes imputados ao recorrido, julgo que a decretação da custódia preventiva, embora já tenha sido mantida por este Relator no julgamento do Habeas Corpus de nº 1.0000.17.055142-81000 realizado há mais de um ano, considerando o atual estágio do feito, não mais se justifica.

Ademais, saliento que a garantia da ordem pública somente se presta a fundamentar a decretação da segregação preventiva quando positivamente formar um quadro fático e robusto acerca de circunstâncias do crime que deponham sobremaneira contra o agente, principalmente se a gravidade do delito praticado, a pena cominada à infração, bem como o modo de agir do suposto criminoso forem suficientes para embasar a custódia cautelar, o que não se verifica na hipótese.

Assim, na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, 'A prisão preventiva somente se legitima em situações em que ela foro único meio eficiente para preservar os valores jurídicos que a lei penal visa proteger, segundo o ad. 312 do Código de Processo Penal. Ou seja, é imprescindível estar demonstrado que nenhuma das medidas alternativas indicadas no ad. 319 da lei processual penal tem aptidão para, no caso concreto, atender eficazmente aos mesmos fins' (HC312.437/Ms)

Portanto, considerando as peculiaridades do caso concreto e, em obediência às garantias constitucionais elencadas pela Carta de Outubro, a manutenção da liberdade provisória concedida a Clayton Donizete dos Reis se encontra justificada e não merece ser revogada" (e-STJ, fls. 257-258).

Dos termos do acórdão combatido, infere-se que o Tribunal de origem, ao analisar os fatos e provas dos autos, entendeu que não se mostram presentes elementos concretos que pudessem justificar a custódia cautelar. Muito pelo contrário, entendeu ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e pontuou que "o

Superior Tribunal de Justiça

estabelecimento, tão somente, neste momento processual, da medida cautelar prevista no inciso VI do art. 319 do Código de Processo Penal é bastante para acautelar o meio social e, em especial, para impedir a perturbação ao regular andamento do processo. Isso porque a suspensão do exercício da função exercida pelo recorrido é providência suficiente para assegurar a efetividade no alcance da verdade real" (e-STJ, fl. 257).

Assim, para desconstituir o entendimento firmado pela Corte Estadual, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO MINISTERIAL PARA RESTABELECER PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

O pleito ministerial, no sentido de se verificar a comprovação dos requisitos elencados nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal para restabelecer a prisão preventiva do ora agravado encontra óbice intransponível na Súmula n. 7 desta Corte, por implicar, necessariamente, no revolvimento do material fático-probatório delineado nos autos, providência incabível na via eleita.

Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 1132897/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/11/2017, DJe 01/12/2017).

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRISÃO PREVENTIVA. ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. INCIDÊNCIA DO VERBETE N. 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

- Verificar a presença ou não dos requisitos autorizadores da prisão cautelar constitui providência incompatível com a via do recurso especial.

Agravo regimental desprovido".

(AgRg no AREsp 375.760/MT, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 19/08/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator